

## Nota introdutória

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados permitem facultar informação adicional tendo em vista uma adequada compreensão das situações expressas nas demonstrações financeiras ou de outras situações que, não tendo reflexo nessas demonstrações, são úteis para uma melhor avaliação do seu conteúdo. O documento que se segue foi elaborado nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro. Foi igualmente considerado o disposto na resolução n.º 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, e n.º 4/2014, do Tribunal de Contas.

Recordamos que o Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, prevê a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e que revoga, entre outros diplomas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

A sua implementação, prevista para 01 de janeiro de 2020, de acordo com a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020, coloca termo a sucessivos protelamentos da entrada em vigor do novo referencial contabilístico.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação, no sentido de evidenciar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município. Relativamente ao princípio da continuidade, atrás referido, estabeleceu-se uma correlação entre o balanço final de 2018 e o balanço final de 2019.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8.2 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

A informação de identificação e caracterização do Município de Ílhavo consta dos documentos de prestação de contas, nomeadamente no anexo “Caracterização da Entidade”.

## 8.2 Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

### 8.2.1 Derrogações do POCAL

Não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

### 8.2.3 Critérios valorimétricos

#### Imobilizado

O ativo imobilizado incluído no balanço foi valorizado nos termos do POCAL e do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE), ou seja, ao custo de aquisição ou ao custo de produção, sendo que se considera como custo de aquisição de um ativo o respetivo preço de compra mais os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual. Da mesma forma, entende-se como custo de produção de um bem a soma dos custos das matérias-primas e outros materiais diretamente consumidos, da mão-de-obra direta e de outros gastos gerais de fabrico necessariamente suportados para o produzir.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor dos autos de realização dos trabalhos, e uma vez elaborados os respetivos autos de receção provisória ou concluídos os trabalhos, são realizadas as regularizações pela transferência dos respetivos montantes para as contas de Imobilizações Corpóreas ou Bens de Domínio Público, consoante os casos.

As amortizações foram realizadas de acordo com as taxas permitidas pela Portaria n.º 671/2000, que aprova o CIBE, calculadas com base no método das quotas constantes, em regime de duodécimos.

No que concerne às participações de capital, estão valorizadas pelo método de equivalência patrimonial, isto é, o valor dos capitais próprios, na qual participa o Município de Ílhavo, está refletido diretamente na conta de Investimentos Financeiros.

#### Circulante

As existências foram valorizadas ao custo de aquisição, traduzindo, à semelhança do que acontece com o ativo imobilizado, o valor da fatura, acrescido de outras despesas necessárias à sua entrada em armazém.

No decorrer do ano de 2019, as existências foram controladas através do sistema de inventário permanente, utilizando-se o custo médio como método de custeio de saída.

À data do balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levam a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes nos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

### Disponibilidades

Os depósitos em instituições financeiras e os respetivos valores constantes em caixa representam o valor dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### Provisões

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais.

- As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

## Acréscimos e Diferimentos

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes de impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias, juros com os empréstimos bancários e outros encargos de instalações, nomeadamente água, eletricidade, gás, comunicações, entre outros.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município de Ílhavo recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

A rubrica de custos diferidos compreende os custos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes, como é o caso de assinaturas de livros e revistas bem como encargo com seguros. A quota-parte dos diferimentos incluídos nesta conta que for atribuída a cada exercício irá afetar diretamente a respetiva conta de custos.

### **Empréstimos obtidos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal da operação, e os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

## **8.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa**

Todas as operações registadas em contas incluídas no Balanço e na Demonstração de Resultados foram expressas em euros, pelo que não se recorreu a cotações para conversão de moeda.

## **8.2.5 Situações em que o resultado do exercício foi afetado**

O resultado do exercício não foi afetado por valorimetrias diferentes das previstas no Capítulo 4 “Critérios de Valorimetria” do POCAL, nem por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas, nem por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo.

## **8.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado**

Os Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, são os constantes do anexo I.

## **8.2.8 Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações**

O mapa anexo II permite verificar a principal composição das rubricas constantes na nota anterior.

### **8.2.12 Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício.**

Encontra-se em curso a discriminação detalhada de todos os bens do imobilizado, que se enquadrem em qualquer uma destas situações.

### **8.2.14 Bens do imobilizado que não foi possível valorizar**

O anexo III, lista os bens que não foi possível valorizar, designadamente obras de arte, que pela sua especificidade não se lhes atribuiu valor.

### **8.2.15 Bens de domínio público que não são objeto de amortização**

O mapa anexo IV, permite verificar os bens que não são objeto de amortização, o que no caso corresponde a terrenos, e que decorre da própria lei, (cfr. alínea g) do n.º 1 do art. 36º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se especificamente num grupo homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização.

### **8.2.16 Entidades Participadas**

Designação das entidades societárias, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e a informação das entidades não societárias nas quais o município se encontra representado. Acresce ainda que o Município, no âmbito do FAM, detém uma unidade de participação em títulos e obrigações de participação, e cujo valor foi revisto de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro. Ver (anexo V)

### **8.2.22 Dívidas de cobrança duvidosa**

As dívidas de cobrança duvidosa derivam da conta “Clientes/Contribuintes/Utentes” encontrando-se incluídas no saldo da conta “218 – Utentes de Cobrança Duvidosa”. Estas dívidas são provenientes de cobranças de faturação resíduos sólidos no montante de 29.206,79€ (cujo montante respeita à diferença entre os valores faturados e não pagos pela entidade AdRA), bem como faturação diversa em mora (154.723,51€).

### 8.2.23 Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal

Em 1 de janeiro de 2020, vencem os direitos de férias e subsídios de férias dos funcionários camarários estimados em 690.828,50€. Este valor foi devidamente especializado como custo do exercício, através da conta “2732 – Acréscimo de Custos – Remunerações a liquidar”.

### 8.2.26 Contas de ordem

Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança, conforme resumo no quadro infra. Para uma apresentação mais detalhada deve ser consultado o anexo VI.

MOVIMENTO ANUAL DAS CONTAS DE ORDEM			
Município de Ílhavo		janeiro a dezembro	Ano – 2019
Unidade em: Euros (€)			
Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	800 263,88	Garantias e Cauções Devolvidas	125 593,60
Garantias e Cauções	800 136,54		
Recibos para Cobrança	127,34	<b>Saldo para a Gerência Seguinte</b>	<b>799 174,85</b>
		Garantias e Cauções	799 047,51
Garantias e Cauções Prestadas	124 504,57	Recibos para Cobrança	127,34
	<b>924 768,45</b>		<b>924 768,45</b>

### 8.2.27 Provisões acumuladas

A nível das provisões destaca-se o aumento de 21.658,59€ relativo a cobranças duvidosas, que respeitam aos valores de resíduos sólidos urbanos cuja cobrança é realizada pela AdRA e de dívidas de clientes, utentes e contribuintes em mora.

Em sentido oposto, verifica-se uma redução de 9.395,28€ nas provisões para fazer face a riscos e encargos, esta fundamentada pela regularização anual do estudo atuarial, que permitiu apurar uma estimativa do valor atual dos encargos do Município com o seu pessoal.

Os valores referidos refletem-se na composição a seguinte:

## PROVISÕES

Entidade	Município de Ílhavo	janeiro a dezembro			Ano – 2019
Unidade em: Euros (€)					
Código de Contas	Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Para aplicação de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Para cobranças duvidosas	162 271,71	21 658,59	0,00	183 930,30
292	Para riscos e encargos	914 588,52	0,00	9 395,28	905 193,24
39	Para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Para investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8.2.28 Fundo Patrimonial

## CLASSE 5 - FUNDO PATRIMONIAL

Entidade	Município de Ílhavo	janeiro a dezembro			Ano – 2019	
					Unidade em: Euros (€)	
CONTA		SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL	OBSERVAÇÕES
51	Património Adquirido	85 583 692,96			85 583 692,96	
57.1	Reservas Legais	8 130 681,63	237 865,57		8 368 547,20	Aplicação do Resultado 2018
57.5	Subsídios	61 835,63			61 835,63	
57.6	Doações	361 823,56			361 823,56	
59	Resultados Transitados	16 894 064,18	4 532 422,66		21 426 486,84	AR 2018/Correções Patrimoniais
TOTAL		111 032 097,96	4 770 288,23	0,00	115 802 386,19	

## Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

## Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571 - Reservas legais - O aumento respeita à aplicação do resultado líquido de 2018, aprovado em assembleia municipal conforme proposta apresentada pelo executivo, do ponto 2.7.3 do POCAL, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.



## Resultados transitados

A conta 59 – Resultados transitados – reflete essencialmente o valor da aplicação do resultado de 2018, que ascendeu a 4.519.445,92€.

## 8.2.29 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

DEMONSTRAÇÃO CMVMC			
Entidade	Município de Ílhavo	janeiro a dezembro	Ano – 2019
MOVIMENTOS		MERCADORIAS	
EXISTÊNCIAS INICIAIS			114 146,82
COMPRAS			18 575,63
REGULARIZAÇÃO EXISTÊNCIAS			-13 536,44
EXISTÊNCIAS FINAIS			107 428,94
CUSTOS NO EXERCÍCIO.....			11 757,07

O valor das existências iniciais e finais foi determinado através da contagem física às mesmas.

## 8.2.31 Demonstração de resultados financeiros

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS							
Entidade	Município de Ílhavo			janeiro a dezembro	Ano – 2019		
				Unidade em: Euros (€)			
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
681	Juros Suportados	64 766,50	183 654,49	781	Juros Obtidos	3,73	
682	Perdas em Entidades Participadas			782	Ganhos em Entidades Participadas		
683	Amortizações de Investimentos em Imóveis			783	Rendimentos de Imóveis	233 621,86	234 685,39
684	Provisões para Aplicações Financeiras			784	Rendimentos em Participações de Capital	230 395,92	299 354,81
685	Diferenças de Câmbio Desfavoráveis			785	Diferenças de Câmbio Favoráveis		
687	Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria			786	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos		
688	Outros Custos e Perdas Financeiras	2 698,31	3 480,60	787	Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria		
	Resultados Financeiros	396 556,70	346 905,11	788	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros		
		464 021,51	534 040,20			464 021,51	534 040,20

## 8.2.32 Demonstração de resultados extraordinários

Entidade		Município de Ílhavo		janeiro a dezembro		Ano – 2019	
						Unidade em: Euros (€)	
Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveito e Ganhos	Exercício	
		2019	2018			2019	2018
691	Transferências de Capital Concedidas	1 642 197,09	1 384 687,67	791	Restituição de Impostos		
692	Dívidas Incobráveis			792	Recuperação de Dívidas		
693	Perdas em Existências	9 289,82	0,00	793	Ganhos em Existências		10 771,42
694	Perdas em Imobilizações		0,00	794	Ganhos em Imobilizações	24 791,08	58 862,75
695	Multas e Penalidades			795	Benefícios de Penalidades Contratuais	41 051,76	50 192,83
696	Aumentos de Amortizações e Provisões	1 318,36	1 153,58	796	Redução de Amortizações e Provisões		
697	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	152 449,28	178,95	797	Correções Relativas a Exercícios Anteriores	95 558,75	96 061,93
698	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	1 525,03	500,00	798	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	1 796 175,20	1 607 092,28
	Resultados Extraordinários	150 797,21	436 461,01				
		1 957 576,79	1 822 981,21			1 957 576,79	1 822 981,21

## Outras informações relevantes

**A)** Anexa-se listagem das faturas que constam do mapa “Dívidas a Terceiros” e que se encontravam cedidas a 31 de dezembro de 2019 a entidades de factoring; Ver (anexo VII)

**B)** Esta Prestação de Contas integra também e em mapa próprio os contratos de factoring celebrados pelos nossos fornecedores junto das entidades de factoring ao longo do ano de 2019; Ver (anexo VIII)

**C)** O Município de Ílhavo no âmbito do contrato de gestão celebrado com a sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A., teve direito a uma retribuição num período inicial que ascendeu a 11.517.790,61€, relevado na conta de proveitos diferidos. O contrato de gestão vigora por 50 anos, pelo que o Município já reconheceu proveitos, em anos anteriores o montante de 2.533.913,93€, o que correspondente a 230.355,81€ de proveitos por exercício. Existindo proveitos a reconhecer em exercícios futuros no valor de 8.983.876,68€.

Encontra-se em fase de revisão o EVEF no quadro estabelecido nos contratos de parceria pública e de gestão podendo estes valores estar sujeitos a ajustamentos, pelo que tendo em consideração a informação disponível, nomeadamente, os últimos cenários do EVEF,

consideramos prudente manter a atual contabilização de apenas 66,55% (já recebidos) da retribuição prevista no EVEF inicial.

**D)** O Município de Ílhavo contribui para a realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM) com 743.593,50€, cujo valor foi revisto de acordo com o artigo n.º 303 da Lei 114/2017 (OE2018), de 29 de dezembro, estando realizados 702.282,75 euros, ao ritmo de duas tranches por exercício, cujo término ocorrerá em 2020.

**E)** Foi deliberado em Assembleia Municipal, no dia 25 de janeiro de 2019, a contratação de um empréstimo bancário de curto prazo, no valor de 1M€ de utilização, para gestão de tesouraria.

**F)** À semelhança da análise aos exercícios de 2016 e 2017 e de uma forma genérica, a entidade KPMG colaborou com o Município no sentido de identificar a metodologia adequada de dedução do IVA incorrido, para os exercícios de 2018 e 2019. O principal objetivo do serviço prestado consistiu em garantir um tratamento correto e eficiente das operações ao nível do IVA no Município, procurando recuperar valores de imposto que tenham sido suportados em excesso no passado, possibilitando assim uma significativa recuperação adicional do IVA.

**G)** Por força de uma profunda reorganização do espaço dos armazéns gerais muito do material aí existente, obsoleto e com décadas, foi abatido e alienado num valor próximo de sessenta mil euros, que influenciou a rubrica de existências.

Igualmente no âmbito de uma prestação de serviços para a melhoria dos procedimentos de tratamento do IVA a Autoridade Tributária não veio a aceitar uma verba próxima dos 80 mil euros dos 271 mil euros em processo de recuperação relativo aos anos de 2013 a 2015.

Estes valores foram afetos à rubrica contabilística de custos e perdas extraordinárias.

### 8.3.1 e 8.3.2 Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

A informação relativamente a estes pontos, constam dos mapas que acompanham os documentos da prestação de contas, elaborados segundo o preconizado no POCAL, nomeadamente as modificações do orçamento da receita e despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

### 8.3.3 Contratação Administrativa

A informação relativa aos contratos celebrados com fornecedores e empreiteiros, no decorrer do exercício, ou em exercícios anteriores (se for caso disso), consta do anexo "Contratação Administrativa".

### 8.3.4 Transferências e Subsídios

A informação sobre este ponto encontra-se evidenciada nos mapas "Transferências Correntes da Receita", "Transferências Correntes da Despesa", "Transferências Capital da Receita" e "Transferências Capital da Despesa".

### 8.3.6 Endividamento

A informação sobre o nível de endividamento resultante da contratação de empréstimos e de outras dívidas a terceiros consta dos quadros anexos com a designação "Mapa de Empréstimos" e "Outras Dívidas a Terceiros", respetivamente.